

EDUCAÇÃO BÁSICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O DIÁLOGO ENTRE A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A TEXTUALIDADE

Keilita Santos Silva¹

Maria Eterna Ribeiro e Santos²

Prof. Orientador: Junior César Ferreira de Castro³

Diálogos Abertos sobre a Educação Básica – Pôster.

RESUMO

Uma das discussões que está em voga sobre a educação básica é a prática da textualidade na alfabetização e nas séries iniciais como forma de letramento e de socialização entre aluno e gênero discursivo. Assim, para promover a alfabetização e essa prática dialógica é necessário que os professores tenham conhecimentos sobre a teoria do processo de aquisição da linguagem e, conseqüentemente, o uso de textos em sala de aula como métodos de ensino para a construção da língua materna e enquanto formação da identidade cultural. Partindo-se destas considerações e da importância de despertar as competências e habilidades mais significativas do educador quanto às estratégias de leitura, escrita, interpretação e produção textual, o presente trabalho propõe buscar uma reflexão teórica sobre a metodologia do ensino de Língua Portuguesa no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem, sua função social e a informatividade dos gêneros textuais como ampliação desse processo. Para isso, optamos por fazer um percurso teórico-metodológico desde Skinner, passando por Piaget, Chomsky e Vygotsky pela visão de Gomes (2009), bem como a importância da construção de enunciados, do estilo e de sua estrutura composicional em Antunes (2009) por meio do agir e do interagir socialmente com o outro pela textualidade.

Palavras-chave: Educação Básica. Linguagem. Textualidade. Gêneros Discursivos.

INTRODUÇÃO

Este ensaio acadêmico tem como proposta apresentar os resultados provindos de pesquisas e estudos realizados sobre o processo da aquisição da linguagem, bem como a dimensão da textualidade e sua perspectiva enquanto estratégia de ensino na alfabetização e na educação básica. Assim, optamos partir, primeiramente, das ideias defendidas por Skinner, Chomsky, Piaget e Vygotsky, fazendo-se apontamentos de contraposição entre suas teorias de forma que o professor-leitor e aquele que está em formação possam assimilar os fundamentos e as especificidades de cada estudioso. Na tentativa de complementar e contribuir com a

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Anicuns – FEA. E-mail: keilitaefabrice@hotmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Anicuns – FEA. E-mail: etherna_ribeiro@hotmail.com

³ Mestre em Letras e Linguística, área de Estudos Literários – UFG. Professor de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa na Faculdade de Anicuns – FEA. E-mail: profjuniorcastro@hotmail.com

prática docente, buscamos o tema dos gêneros discursivos para demonstrar que o ato de alfabetizar está ligado aos textos sejam por meio de diálogos, rótulos, embalagens, bilhetes, receitas, contos de fada e entre outros que permitam a formação da linguagem.

O estudo da aquisição da linguagem e dos tipos de textos, à luz de suas teorias e perspectivas argumentativas, acabam por dialogar dada a sua importância e abrangência. A partir daí, o professor passa a ter em mente que o sucesso do letramento nos primeiros anos da vida escolar da criança será atingido com a língua em ação, pois é através da fala e escrita que agimos socialmente e que “essas coisas somente acontecem em texto” (ANTUNES, 2009, p. 49).

Nesse sentido, veremos que o professor da educação básica, para mediar o ensino da língua materna, deve estar integrado aos conhecimentos sobre a comunicação e sua escrita para se tornar um bom leitor da palavra e fazer dos alunos indivíduos capazes de aprender e interpretar os fatos do mundo.

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema “Educação básica e o ensino de Língua Portuguesa: o diálogo entre a aquisição da linguagem e a textualidade”, surgiu como uma proposta ensaística e, ao perceber as dificuldades que os acadêmicos vinham enfrentando ao longo de sua formação, no que diz respeito à abordagem teórica da linguagem e o da produção textual, a mesma foi ampliada para discutir às implicações metodológicas dos diversos gêneros como um dos recursos para a alfabetização.

Outro ponto a ser salientado é a real necessidade que os educadores têm em fazer da língua materna e de suas respectivas funções sociais em elementos que promovam a inserção do aluno ao mundo das letras, tornando-os cidadãos reflexivos na comunidade que atuam.

Sob essa perspectiva, o educador encontrará razões que possam sustentar a pertinência de reavaliar os seus métodos de ensino, identificando a importância dos textos e não pensar a língua de forma isolada. O que ressaltamos é que o professor não pode centrar apenas em uma educação bancária, mas fazer da linguagem um espaço de domínio social e discursivo.

OBJETIVOS

Demonstrar e compreender a teoria da aquisição da linguagem, bem como averiguar que o sociointeracionismo mantém um possível diálogo com a dimensão da textualidade como fundamento para o ensino da língua portuguesa, pois ambos se envolvem em uma teia de relações entre a função social da fala e da escrita.

METODOLOGIAS

O trabalho foi realizado a partir de leituras bibliográficas e de fichamentos por citação na disciplina de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa com o intuito de escolher caminhos teórico-metodológicos para o ensino da língua materna. Para atingir as expectativas propostas, definimos estratégias que despertassem a reflexão sobre o campo histórico, social e linguístico sobre a aquisição da linguagem.

Com a concepção de linguagem definida, passamos a desenvolver um diálogo das teorias com a construção dos gêneros textuais de Irandé Antunes apresentados em seminários, observando que o ser humano age sempre por meio dos gêneros discursivos.

Por fim, propomos a elaboração de um plano de aula para perceber a capacidade dos acadêmicos em associar tais teorias com a prática em sala de aula e desenvolver nos alunos as competências e habilidades da língua portuguesa.

RESULTADOS OBTIDOS

O século XX foi marcado por vários estudos sobre a aquisição da linguagem baseados, principalmente, nas áreas da psicologia, da linguística e da educação, buscando entender o desenvolvimento da fala ligada ou não ao ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Para melhor entender essa questão, o das abordagens teóricas, passamos a refleti-las agora.

A teoria behaviorista da linguagem, sendo o seu maior representante o psicólogo Burrhus Frederic Skinner, explica que o processo de aprendizagem do ser humano consiste em uma cadeia de estímulos e respostas. Assim, para Skinner *apud* Gomes (2009, p. 24) “a aprendizagem da língua seria fator de exposição ao meio e decorrente de mecanismos comportamentais como reforço, estímulo e resposta”. Nessa concepção, o ambiente tornou-se o agente transformador dessa teoria, pois fornecia estímulos linguísticos para as crianças por meio das pessoas que as rodeavam, e estas as recompensam com a produção das ações que lhe foram passadas através da imitação. A imitação exercia uma função importante na aquisição da linguagem como um princípio fixo em reproduzir o que o adulto pronunciava mesmo que não falasse exatamente como foi enunciado e, com o passar do tempo, aprendia a combinar as palavras.

Neste sentido, observamos que o behaviorismo passou a considerar os fatos observáveis e a experimentação com o meio sem preocupar com a existência de componentes organizados como elementos articuladores da gramática de uma língua. Logo, essa teoria foi

criticada por desconhecer a consciência, os sentimentos e os estados mentais pelo fato de negligenciar os dons inatos da criança ao produzir sentenças nunca antes ouvidas e, mesmo assim, as compreendiam.

A teoria inatista de Noam Chomsky, linguísta norte-americano, surgiu como reação ao behaviorismo de Skinner. O inatismo afirmava, essencialmente, o aspecto criativo da língua que, por sua vez, apoiava-se no pressuposto em que o ser humano dispunha de uma capacidade inata para adquirir a linguagem. Essa capacidade de desenvolver a fala não seria determinada por estímulos, mas pela herança genética que, segundo Chomsky, é uma das habilidades humana e que o “ambiente só serve para oferecer à criança o *input* linguístico” (GOMES, 2009, p. 27). Com isso, acreditava que a aquisição da linguagem ocorria como um dispositivo que construía um número infinito de frases a partir de uma lista finita de palavras onde a criança, nos primeiros anos de vida e na fase escolar, seria capaz de desenvolver uma estrutura gramatical de forma rápida sem que sejam ensinadas. Elas escolhiam as regras que supostamente viriam fazer parte de sua linguagem.

Sob essa perspectiva, percebemos então que o inatismo apontava a existência da mente como um mecanismo que desabrochava a existência dessa gramática internalizada a qual possuía todos os princípios cabíveis da linguagem. Assim, o contato com a fala dos adultos ou com a do professor fazia com que a criança acionasse as regras de sua língua, ativando a característica dos enunciados herdados geneticamente.

Ao contrário de Chomsky, a abordagem da aquisição da linguagem vista por Jean Piaget estava centrada no desenvolvimento natural da criança em que as habilidades intelectuais humanas são formadas basicamente por meio da ação, e que a interação entre o organismo e o ambiente tornava-se o principal impulso para a propagação do conhecimento. De acordo com a teoria piagetiana, o cognitivo era entendido como uma adaptação que organizava a função de estruturar o universo linguístico do indivíduo no que diz respeito ao pensamento e aos objetos, onde tal capacidade construía mentalmente as estruturas capazes de serem aplicadas com as do meio. Quando tais conquistas cognitivas se uniam, superando a inteligência sensória e motora a caminho da inteligência pré-operatória e de fases posteriores, surgia a possibilidade da linguagem se tornar possível já que ela era entendida como um sistema simbólico de representações.

Piaget ressaltava que o aluno aprendia do individual para o coletivo e colocava a relação do sujeito com ambiente como algo importante, pois a linguagem era adquirida pelos processos derivados durante o despertar do raciocínio da criança. A partir daí, Gomes (2009, p. 25) explica que “a aquisição é vista como o resultado da interação entre o ambiente e o

organismo, através de assimilações e acomodações, responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência em geral” e, ainda, que o sujeito construía as estruturas com base na experiência com o mundo físico ao interagir e reagir a ele no momento dessa interação. Portanto, o que impulsionava o ser humano a aprender era o desafio em desvendar o desconhecido e tudo aquilo que não o dominava. Essa impulsão para o epistemólogo suíço tinha origem biológica que passava por vários estágios como o sensório-motor, o pré-operatório, as operações concretas e as formais⁴.

Porém, algumas críticas ao modelo piagetiano foram surgindo por desconsiderar o papel das relações sociais ao desenvolvimento da criança. Vários estudiosos da linguagem buscaram nas ideias de Lev Semionovitch Vygotsky, psicólogo bielorrusso, a explicação para a aquisição da linguagem e que a aprendizagem da criança ocorria com a interação que a mesma possui com o ambiente e o convívio com outras pessoas. A linguagem torna-se a expressão do conhecimento adquirido pela criança entre o pensamento e a palavra, havendo uma relação fundamental em que a linguagem tem um papel essencial na formação do caráter do indivíduo.

Nesse sentido, podemos considerar a linguagem como um instrumento que viabiliza a comunicação e a vida em sociedade. Sem ela, o ser humano não é social e nem cultural, pois Vygotsky sempre considerou o homem inserido na sociedade e, desta forma, sua abordagem sociointeracionista foi orientada para os processos de seu desenvolvimento com ênfase na dimensão sociohistórica e da interação do sujeito com o outro no espaço social. Sua maior contribuição está na reflexão da progressão intelectual e sua relação com a aprendizagem. Se olharmos por esse lado, o da atuação social e esta com o da alfabetização pelos textos, notaremos um possível diálogo com a prática da textualidade, isto é, com aquilo que Antunes (2009, p. 50) considera como um conjunto de palavras que devem se apresentar em forma de textos e estes funcionarem de maneira comunicativa.

Incluir a textualidade como métodos de ensino a partir da teoria sociointeracionista permitirá ao educador a repensar suas estratégias para alcançar as expectativas da aprendizagem. Isso significa que, como falamos ou escrevemos em textos, a criança agirá socialmente com o outro por meio da língua das mais diversas formas. Com isso, o aluno será capaz de ultrapassar o nível da descrição de frases para tomar o estudo das combinações e até

⁴ No estágio sensório-motor o conhecimento se estabelece por intermédio dos sentidos enquanto o pré-operatório é caracterizado pela capacidade de representar simbolicamente por meio de palavras. Na fase concreta a criança necessita de dados baseados em objetos já conhecidos e sendo capaz de representá-los mentalmente, baseando-se naquilo que ela já conhecia. O último estágio é o das operações formais onde o indivíduo já é capaz de pensar de forma abstrata.

de sequências textuais com o contato com os gêneros textuais. Partindo-se dessa ideia e de que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 261), vemos que, quanto mais o professor mediar o uso de enunciados escritos em sua prática pedagógica, mostrando a composição estrutural, o conteúdo temático e o estilo, mais os alunos determinarão o sentido da comunicação.

Apesar dessa condição de indeterminação do uso de textos em sala de aula por parte de alguns docentes, os gêneros discursivos se tornaram o ponto de referência e de relevância para a aprendizagem da língua enquanto atividade funcional para as primeiras letras e na produção dos mais variados tipos de textos. O que queremos mostrar é que o ensino de língua portuguesa não está mais para aquela abordagem centrada em unidades isoladas, descontextualizadas, de frases soltas e uniformes, mas que se desdobram a partir da vivência e da interação dos alunos, da capacidade de leitura, interpretação e escrita, abrangendo o fenômeno original da língua, o texto. Logo, a escola e o professor não devem centrar apenas na descrição sumária e superficial da linguagem, mas na inclusão dos indivíduos como agentes transformadores, ou melhor, em sujeitos ativos entre o dizer e o fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso feito entre o diálogo da teoria da aquisição da linguagem com a prática da textualidade na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental nos permitiu uma ampla reflexão sobre o exercício funcional dos textos na vida escolar e no desenvolvimento cognitivo da criança.

Portanto, o estímulo a aprendizagem, o desenvolvimento natural e interacional do individual para o coletivo, bem como o pensar no sujeito a partir do outro em seu espaço social a partir da dimensão sociohistórica da linguagem se tornaram itens fundamentais no ato do fazer pedagógico. Dessa forma, as estratégias planejadas devem estar voltadas, sobretudo, para a completude sociointeracionista onde o educador mediará o letramento associado aos elementos composicionais dos enunciados, havendo a troca de conhecimentos entre o professor e o aluno por intermédio do conteúdo dos gêneros discursivos.

Enfim, o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa não estão mais ligados ao estímulo e a resposta, mas na compreensão e na interação com o próximo pelos textos onde aprendemos a construir e contribuir com os saberes de todos e de cada um.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Textualidade e os gêneros textuais: referência para o ensino de línguas. In: **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009, p. 49-74.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-270.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. Aquisição da linguagem. In: **Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 16-27.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SOUBERMAN, Ellen; COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia; JOHN-STEINER, Vera (Org.). **A formação social da mente**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 90.